

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS GOVERNOS PROGRESSISTAS NO BRASIL: pressupostos de análise pós transição democrática brasileira

SOCIAL MOVEMENTS AND PROGRESSIVE GOVERNMENTS IN BRAZIL: assumptions for analysis after the brazilian democratic transition

Ahy Endi Pronsato Sorgon
Dyullia Severo de Gonçalves¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo indagar sobre a relação entre os movimentos sociais em torno do Estado com foco nos governos de partidos progressistas, a partir da transição democrática no Brasil. Os pressupostos teórico-metodológicos advêm da teoria marxista da dependência (TMD). Para alcançar o objetivo, iniciamos com a compreensão do Estado dado a realidade latino-americana e, a partir disso, como o aparelho estatal, no capitalismo, agrega as pautas sociais e, ao mesmo tempo, se utiliza disso para o apagamento e cooptação da luta da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Luta de classes; Governos progressistas; Estado dependente.

ABSTRACT

This article aims to inquire about the relationship between social movements around the State with a focus on progressive party governments, based on the democratic transition in Brazil. The theoretical-methodological assumptions come from the Marxist theory of Dependence (TMD). To achieve the objective, we begin with the understanding of the State given the Latin American reality and, from that, how the state apparatus, in capitalism, aggregates social agendas and, at the same time, uses this to erase and co-opt society. working class struggle.

Keywords: Social movements; Class Struggle; Progressive government; Dependent State.

¹ Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

1 INTRODUÇÃO

Sob a égide do capital, o Estado corresponde a um aparato de respostas ao próprio capitalismo. Compreendendo as contradições que o cercam ao longo da história, os movimentos sociais se fizeram presentes pautando os interesses da classe trabalhadora e exercendo pressão para que o que é considerado conquista não fosse perdido. Porém, no processo de reprodução do capital, as formas governamentais que se apresentam no Estado satisfazem em maior ou menor grau os interesses da classe trabalhadora e do grande capital; como resultado, os movimentos sociais acompanham tais oscilações, mobilizando-se ou não pela garantia dos direitos.

Dado o contexto recente brasileiro, após um governo de extrema direita, onde os direitos foram cortados, reduzidos e retrocedidos, a esperança de um novo governo que garantiria o retorno dos direitos sociais venceu as eleições no ano de 2022. Passado mais de um ano de governo social-democrata, pouco se notou diferença com relação aos avanços das políticas sociais e revogações das políticas antipovo promovidas pelo último governo. Não se pode negar que avanço houve, mas muito aquém daquela esperança que foi depositada nas urnas. Ao mesmo tempo em que a desilusão aparece, pouco se nota movimentações políticas das organizações e movimentos sociais de vanguarda para pressionar o governo, ou, muito menos do que antes. É sobre essa conjuntura que os questionamentos a respeito da tática dos movimentos sociais e partidos de esquerda e progressistas aparecem e dão sentido à escrita deste artigo.

Que determinações se escondem sob o fenômeno do apaziguamento da luta de classes nos governos sociais-democratas, mesmo quando eles não apresentam as respostas requeridas pela classe, é o que este artigo busca compreender, sem objetivar atingir a totalidade dessa complexa relação. Compreender tal dinâmica implica, também, compreender o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo dependente.

O percurso deste artigo compreende, além desta introdução, mais três seções, sendo a primeira uma apresentação dos pressupostos teóricos dos quais emergem a nossa análise, tendo como ponto de partida a Teoria Marxista da Dependência (TMD), avançando para compreensões a partir do contexto brasileiro sobre Estado e governos após a transição democrática. Na segunda seção, tendo em vista este contexto, buscamos aprofundar estas compreensões tendo em vista a atuação dos movimentos sociais em torno do Estado. Por fim,

a última seção contém a conclusão, em que sintetizamos o conteúdo do artigo e lançamos a necessidade de continuidade destes estudos.

2 O ESTADO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO E SUAS CONFORMAÇÕES NO BRASIL

No que tange o Estado inserido na dinâmica dependente do capitalismo, cabe elucidar algumas categorias teóricas que nos ajudam a compreender como este se insere na realidade social latino-americana. Partindo de explicações de Ruy Mauro Marini, é possível compreender a dinâmica do capitalismo dependente e como este assola a classe trabalhadora que aqui reside. Segundo o autor, a dependência se configura como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2005, p. 141). Essa configuração particular pressupõe o avanço no capitalismo a nível mundial, com o desenvolvimento do trabalho produtivo e aumento de mais valia relativa nos países centrais em detrimento das nações dependentes economicamente. No sistema mundial, portanto, cabe aos países dependentes suprirem os países de economia central com, principalmente, produtos primários, desde alimentos até minérios, enquanto exportam dos países centrais os produtos manufaturados, tecnológicos, etc. O desenvolvimento dessa relação tem uma explicação histórico-econômica que não nos propomos a abordar aqui, mas cabe ressaltar que a dependência econômica, enquanto característica da divisão internacional do trabalho na etapa imperialista do capital, cria também uma dependência política.

Outra categoria relevante para a nossa análise, considerando o nosso objetivo, é a da superexploração. Acontece que, enquanto a América Latina produz bens primários e os países centrais tem uma produção voltada à manufatura, as economias centrais acabam conseguindo vender seus produtos a um valor superior, dado que existe aí uma troca desigual. A partir disso, os países dependentes acabam por transferir parte do valor produzido “gratuitamente” (Marini, 2005). Ocorre assim que,

As nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas [...], mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (Marini, 2005, p. 185)

Por conta desse processo, as nações dependentes buscam corrigir a perda de mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho. Três mecanismos se combinam para essa realização: “a intensificação da jornada de trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte de trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2005, p. 156). Esses mecanismos fazem com que sejam “negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” (*idem*).

Como tendência, o sistema capitalista dependente explora “ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo” (Marini, 2005, p. 164). Com isso, as condições de vida da classe trabalhadora latino-americana são degradadas, pois a reprodução do capitalismo dependente “se distancia das necessidades de consumo da população trabalhadora” (Osorio, 2009, p. 183). Estas duas categorias são consideradas ímpares para a compreensão do Estado, pois são processos que atravessam a sua função no capitalismo dependente.

Tendo em vista essa dinâmica, o Estado dependente “[...] é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam o exercício mais pleno em termos de soberania” (Osorio, 2014, p. 214-215). Ainda, soma-se a forma de apropriação do excedente aqui produzido, que conforma um distanciamento maior das necessidades da classe trabalhadora. Segundo Paiva, Rocha e Carraro (2010) a forma de apropriação se dá da seguinte maneira: a) pelo capital privado interno; b) pelo capital privado externo e c) pelo Estado. A última parte deste montante cumpre três propósitos segundo as autoras:

[...] financiar o processo de acumulação a partir de frentes diversas, tais como investimento em estrutura, subvenções financeiras ao capital internacional, isenção ou redução de impostos, manipulação de preços, etc; pagar a dívida externa e seus juros, bem como os empréstimos realizados, dividendos diversos e amortizações, enviando assim parte considerável do excedente diretamente aos países centrais; e, finalmente, sustentar o financiamento de precários mecanismos de proteção social, a segurança pública e demais investimentos na reprodução social internamente (*idem*, p. 165).

Ou seja, uma parte do que deveria atender ao que a classe trabalhadora reivindica e necessita é convertida em financiamento por parte do Estado. Porém, mesmo essa parte escassa é capturada para atender à dinâmica do capital dado a influência do neoliberalismo em nosso país, posto que ele, somado à dinâmica da dependência, murcha ainda mais o Estado

para as classes trabalhadoras e o infla para a burguesia. Resultado disso é a mercantilização das políticas sociais e as privatizações das empresas estatais, que poderiam gerar mais riqueza para o Estado, garantindo melhores condições para a promoção dos direitos sociais, por exemplo; porém, constituem meios de acumulação do capital. Segundo aponta Couto (2004, p. 139), políticas neoliberais, foram constituídas em um período em que

[...] efetivou-se um processo de grande recessão e contradições no campo econômico, onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar retomadas do crescimento, tendo como eixo o princípio da macroeconomia expressa na centralidade matriz econômica em detrimento do social.

Temos ao longo da história brasileira governos autoritários que acentuaram essa dinâmica própria da dependência e da superexploração, como a ditadura civil-militar, que garantiu a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho. De outro lado, não podemos deixar de evidenciar que, com o fim destes governos, militares continuavam no poder, integrando novas frentes e se revestindo da dita nova república, mantendo as estruturas e relações de poder. Como aponta Marini,

Extra-constitucionalmente, os militares conservam suas prerrogativas e o seu aparelho oculto de poder, formado pelos seus órgãos corporativos e de inteligência. [...] Se a tônica da Constituição de 1988 em relação à organização dos poderes do Estado é um liberalismo acentuado, que se articula com a subordinação do Estado a um quarto poder não explícito, representado pelas Forças Armadas, ela introduz, porém, na tradição constitucionalista brasileira um elemento inovador, ao revestir um caráter mais abertamente democrático. (Marini, 2016, p. 412)

A burguesia nacional, aliada e submissa à burguesia internacional, permitiu que o momento chamado de redemocratização fosse feito sem grandes perturbações à ordem, por meio de uma tentativa de conciliação a partir da cooptação das lutas e movimentos sociais que fizeram parte da história brasileira nos anos 1980 que, mesmo com suas conquistas importantes, foram absorvidas pelo Estado na forma de direitos constitucionais que, em muitos casos, não saíram do papel, como forma de apaziguar as reivindicações da classe trabalhadora.

Um adendo: não queremos aqui menosprezar as conquistas promovidas durante o período da redemocratização. Pelo contrário, elas foram de extrema importância e possibilitaram grandes avanços mas, como veremos mais a frente, muitas ficaram no papel e outras tantas voltaram para o papel ao longo do tempo, fruto da desmobilização da classe trabalhadora. Como coloca Marini (2016, p. 413), “a flexibilização a que estas novas ou

renovadas figuras jurídicas submetem o Estado brasileiro, tornando-o mais permeável à iniciativa popular, não tem precedentes na história constitucional do país.” E continua:

A grande questão que a Constituição teve que resolver foi reconhecer essa energia e, ao mesmo tempo, submetê-la à dinâmica interna do aparelho de Estado. Tal como ficaram as coisas, a iniciativa popular passa a ser mediada pela complicada rede de relações existente entre os poderes constitucionais e determinada em seus resultados pelo jogo de sutilezas e cumplicidades que entre eles se desenvolve. A capacidade para influir diretamente na formulação e implementação das políticas públicas, através de mecanismos que assegurem a participação popular nos órgãos de tomada de decisões e nos sistemas de execução, é extremamente precária, como precária é também a sua possibilidade de fiscalização em matéria orçamentária e financeira. (Marini, 2016, p. 414)

Florestan Fernandes (1986) irá trabalhar essa questão enquanto democratização *sui generis*, que significa uma saída do regime militar que não deixou de lado o seu legado. Durante o processo de transição, foram feitas estratégias que anunciavam desde já uma saída segura, como as eleições indiretas, que em aparência demonstraram uma abertura democrática, mas ao mesmo tempo permitiram que militares preparassem “uma retirada estratégica da qual e sobre a qual mantêm um controle direto e quase intocável” (Fernandes, 1986, p. 22). Esta aparência democrática, cria uma sensação de “conquista” para os que lutavam contra o regime ditatorial, pois estes governos, desde já, buscavam soluções que apaziguavam e cooptavam.

Ou seja, cabe reconhecer que o período conhecido como de redemocratização ou transição democrática – aqui não temos a intenção de discutir os termos –, se concentra em nossa história como um período de contradições que perpassam a vida dos/as trabalhadores/as. Tivemos, claro, conquistas, promulgadas por partidos políticos, movimentos sociais e outros tipos de organizações coletivas. Porém, como já exposto, constituiu também um avanço da burguesia, alicerçada em políticas neoliberais, em que o que se foi recém conquistado fosse destituído. Tendo isso em vista cabe indagarmos: como se dá a relação dos movimentos sociais a partir deste momento, sabendo dessas contradições?

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL APÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

O processo de redemocratização no Brasil alterou o campo de disputa central da classe trabalhadora no campo político (no campo econômico as greves, movimentações sindicais, etc. ainda se mantiveram, de certa forma, na pauta do dia a dia da classe trabalhadora, mas sem

ultrapassarem o economicismo), jogando para o campo estatal essa luta, que antes se fazia no campo civil. Os partidos políticos, representantes da classe trabalhadora, passam a ser os principais protagonistas desse processo.

Com a efervescência das mobilizações populares dessa época e o entendimento da necessidade de garantir governos que pusessem em prática as vitórias conquistadas, viu-se uma transferência das lutas que antes eram feitas pelas organizações populares e movimentos sociais para o campo institucional em toda a América Latina.

No entanto, esta passagem à luta de cima com organizações do campo popular que ocupam o governo de vários Estados nacionais também deu lugar a que as lutas sociais se conduzissem por um canal institucional, o que desencadeou um processo de institucionalização do conflito social e das próprias organizações. (Klachko, Arkonada, 2017, p. 120)

A questão é que, como coloca Osório (2014, p. 228), “os chamados governos populares, apesar de diferenças importantes, compartilham, por sua vez, debilidades substanciais da própria concepção do que tais governos consideram representar e expressar”. Ou seja, aquilo que representam e o que conseguem manifestar na prática política e na agenda econômica são muito distintos, dado as condições do Estado dependente brasileiro. Lembremos, por exemplo, da última posse do governo Lula, quando, subindo o planalto central, estava acompanhado de diferentes segmentos da sociedade que tiveram seus direitos cortados no governo anterior, mas que, mesmo com a mudança do governo, pouco se fez na prática para retomar os direitos desses segmentos. Ou seja, por maior que seja a intenção dos governos progressistas frente a classe trabalhadora, as características econômicas e políticas de nosso país acabam por impedindo a efetivação das propostas. Na medida em que se avança às necessidades do capital internacional e os governos mudam, as reformas em benefício da população vão sendo retiradas e, a cada novo ciclo de governo progressista, mais difícil fica de garantir o retorno desses avanços, já que entre esses governos geralmente presenciamos mandados de governos de perspectiva neoliberal e de extrema direita. Basta lembrar dos avanços conquistados nos primeiros governos do PT e compará-los com o que se tem conseguido atualmente.

Já no que diz respeito aos movimentos sociais, para adicionarmos a outra parte que compõe o objetivo deste artigo, a história do Brasil tem muitos momentos de intensa mobilização popular e vitórias para a classe, sendo a maior delas a constituição cidadã de 1988, que garantiu uma série de avanços nas políticas sociais, nos direitos humanos. No entanto, ao

mesmo tempo em que esses avanços foram concretizados, a manutenção deles depende de uma boa governabilidade, fruto desse novo processo em que a luta pelos direitos é majoritariamente institucionalizada e partidarizada, estabelecido após a redemocratização.

O fato é que, na medida em que as lutas são institucionalizadas, as mobilizações dos movimentos sociais foram sendo reduzidas de intensidade, tanto em qualidade quanto em quantidade. Fato natural, já que muitas das demandas essenciais acabam sendo absorvidas pelos governos progressistas. O problema é que, num Estado dependente e neoliberal, as vontades do capital se sobressaem às necessidades da classe trabalhadora se não há mobilização popular, luta de classes.

Neste mesmo sentido, para que os governos progressistas consigam se manter no poder, é preciso que desenvolvam alianças, abrindo mão de determinadas políticas, o que acaba por revisionar o sentido primeiro desses governos. Outro ponto importante é que essa mudança da luta para o campo institucional torna-a eleitoreira, o que prejudica as reivindicações populares e redireciona o foco dos partidos progressistas.

Existe o erro comum de assumir a vitória eleitoral como conquista do poder político, ou mesmo como parte de um processo que vai nesta direção [...].Essa ideia matriz acaba condicionando tudo, na medida que o acúmulo de força social dos dominados deve finalmente se expressar no terreno eleitoral e nos tempos estabelecidos pela disputa eleitoral, devendo então, percorrer os canais institucionais. Desse modo, as dinâmicas dos movimentos sociais acabam sendo delimitadas a esses tempos e espaços, o que provoca desgaste, esgotamentos e recuos (Osório, 2014, p. 228).

Com a ideia de que as lutas sociais deveriam ter uma representatividade no governo, a transferência do poder popular em poder partidário teve como consequência o apagamento e a cooptação das lutas populares, pois encontrava-se assentada em um Estado burguês e autoritário. Essa movimentação tática gerou uma “cultura”, uma compreensão, de que os movimentos sociais só precisam entrar em ação quando se estabelece um governo não progressista, autoritário, neoliberal, enquanto, quando se assume um governo progressista, o melhor é garantir a governabilidade sem movimentações políticas no campo civil, já que isso, a princípio, seria “jogar água no moinho da direita”. Basta lembrarmos da força que tinham os atos em defesa da educação, por exemplo, durante o governo Bolsonaro e os atuais, mesmo os investimentos da educação básica tendo sido, inclusive, cortados, com o novo arcabouço fiscal.

Ao mesmo tempo, vê-se que a classe trabalhadora não está alheia ao que acontece. Inúmeras amostras de levantes populares são vistos em todos os países da América Latina, como coloca Borón,

Para além da fragilidade da trama institucional, o que essas rebeliões populares comprovam é que o longo período de um quarto de século ou mais de governos neoliberais – com todo seu equipamento de tensões, rupturas, exclusões e níveis crescentes de exploração e degradação social – criou as condições objetivas para a mobilização política de grandes setores das sociedades latino-americanas. (Borón, 2010, p.90).

Isso nos mostra que a vontade e a força popular não estão esgotadas, mas sem um direcionamento político que ultrapasse o campo político-eleitoral. Os grandes partidos de esquerda e progressistas, no Brasil, conseguem garantir uma enorme mobilização popular quando não estão no poder, desarticulando-as, quando esses conquistam o mesmo, comprovando que seu objetivo passou simplesmente a garantir o poder pelo poder.

4 CONCLUSÃO

A necessidade da autocrítica desses partidos, neste sentido, é fundamental. Cabe a eles que, “sobretudo aqueles que pretendem encarnar um projeto emancipador, concebam e implementem uma estratégia que transcenda os limites estreitos da mecânica eleitoral.” (Borón, 2010, p. 91). Junto disso, a necessidade de uma rearticulação dos movimentos sociais para além das necessidades eleitorais de seus partidos aos quais estão mais ou menos vinculados, seja de forma prática ou mesmo ideológica.

Tudo isso configura uma estratégia integral de conquista e conservação do poder que não se circunscreve nem remotamente, como ocorre com os partidos populares, à estratégia eleitoral [...] Mas também é verdade que, se os partidos de esquerda quiserem mudar o mundo, e não apenas apontar sua injustiça e perversão, terão que demonstrar que são capazes de conceber e aplicar estratégias mais integrais que combinem, juntamente com a eleitoral, outras formas de luta. (Borón, 2010, p. 91).

Mas é preciso, também, fazer a crítica aos movimentos sociais, buscando entender o seu papel frente a esta cultura de imobilidade durante os governos progressistas. É preciso ressaltar a existência do papel desmobilizador dos governos progressistas quando no poder, fruto do eleitoralismo ao qual caíram. Levar isso em consideração é importante para que não

joguemos a culpa das desmobilizações nas camadas populares. Ao mesmo tempo, é preciso responsabilizar os movimentos sociais no que diz respeito a eles, tendo um papel fundamental para quebrar essa relação.

Os desafios postos aos movimentos sociais na atual conjuntura se somam, dado a indagação de Borón que parte de Marx (2010, p. 86): “como constituir um sujeito coletivo capaz de libertar a sociedade de todas as suas correntes, superando a atomização e fragmentação próprias do individualismo da sociedade burguesa”.

Essa indagação que, cabe aos movimentos sociais na atualidade, visto o contexto neoliberal, de individualização e fragmentação, também atinge as lutas sociais na sua totalidade. Aliado a isso, o discurso pós-moderno que, segundo Kohan (2004, p. 27), “conseguiu seduzir algumas correntes do campo popular”, faz com que algumas lutas percam a visão da totalidade e caiam em reivindicações fragmentárias, não mobilizando lutas ampliadas. É claro que há lutas específicas dadas às diversas reivindicações dos movimentos sociais existentes, porém, cabe sinalizar a necessidade de não abandonar o horizonte revolucionário e a dimensão de classe e totalidade.

Ainda, as reivindicações fragmentárias podem resultar em atuações que sejam apenas pontuais, ou seja, que se limitam ao imediatismo e ainda, podem se perder com a cooptação delas pelo discurso neoliberal do capitalismo e seus governos de direita. Como exemplo, citamos as eleições, que normalmente possuem maior movimentação de partidos, movimentos sociais e etc, porém, passado esse período, parecem “sumir” do dia a dia da classe trabalhadora. Não que essa atuação não seja relevante, mas que ultrapassar estas e constituir caminhos mais amplos, são necessários.

Carcanholo e Baruco (2009, p. 134) explicitam bem ao dizerem que “o pós-modernismo passa para a negação de toda perspectiva totalizante e para a afirmação da efemeridade e da fragmentação, do descontínuo e do caótico”. Com isso, por negar perspectivas totalizantes,

[...] limita-se, em termos de posicionamentos políticos, às seguintes alternativas: (i) resignação/conformismo com a vitória histórica do capitalismo; ou então (ii) contestar a ordem vigente, mas não a partir de uma perspectiva totalizante, global, mas desde uma ótica fragmentada, com base nas múltiplas formas de identidade que existem na sociedade pós-moderna (Carcanholo e Baruco, 2009, p. 137).

Sabe-se que a atuação dos movimentos sociais em uma realidade que violenta, mata e superexplora os/as trabalhadores/as possui seus limites e desafios, e garantir uma direção

político-ideológica, dado todas as investidas do pós-modernismo e do neoliberalismo não é fácil. Porém, dar os contornos para quais são estes limites e desafios dado a concretude latino-americana é tarefa essencial, pois, partindo disso, as reconhecendo, é possível constituir formas de atuação a partir do chão em que pisamos.

Cabe, assim, perguntar-nos se, frente a tantos desafios, a manutenção das táticas e estratégias utilizadas pelos movimentos sociais e partidos progressistas caminham na direção que precisamos, quando falamos em garantia dos direitos sociais, humanos, e de uma democracia verdadeiramente ampla e totalizante. Claro está que, durante determinado período, as lutas de cima, protagonizadas pelos partidos políticos no campo eleitoral, foram importantes para o desenvolvimento e garantia dos direitos. Mas talvez (e não buscamos mais do que questionar e fomentar tal debate), estejamos num momento de atualização da tática no campo popular da esquerda e progressista. Não buscamos mais do que colocar tais indagações. Num contexto como o da América Latina, em que temos tantas lutas tão importantes a serem tocadas, dado nossa posição na divisão internacional do trabalho, em um momento de avanço das perspectivas neoliberais, atomizantes, individualistas, onde cada vez menos temos uma classe para si, é preciso, ao menos, fazer pensar.

REFERÊNCIAS

BORÓN, A. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. *In*: CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro. Pão e Rosas. 2010, p. 81-97.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. da C. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 21/22, p. 132–145, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18623>. Acesso em: 29 abr. 2024.

COUTO, B. R. **O direito Social e a Assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004, p. 139-182.

FERNANDES, F. A contra-revolução interrompida. *In*: **Nova república?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1986.

KLACHKO, P., ARKONADA, K. **As Lutas Populares na América Latina e os Governos Progressistas. Crises e Desafios da Atualidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

KOHAN, N. **Introdução ao Pensamento Marxista - Guia de Estudo**. São Paulo: CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 2004.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.(orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARINI, R. M. A Constituição de 1988. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 406–419, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19036>. Acesso em: 29 abr. 2024.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. *In*: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (orgs). **A América Latina e os desafios da globalização**, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2014.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan-jun., 2010a. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em: 11 out. 2023.